



INDICAÇÃO Nº 1068/2017

Assunto: Redução da jornada de trabalho dos Psicólogos da Rede Municipal para 30 horas semanais.

INDICAMOS ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Jacareí, Izaías José de Santana, que viabilize e regule, através de Decreto ou Projeto de Lei, a redução da jornada de trabalho de todos os profissionais de Psicologia que trabalham para o Município de Jacareí para 30 horas semanais, sem redução salarial, pelos fatos e motivos apresentados a seguir.

JUSTIFICATIVA

O Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo tem cotidianamente discutido a redução de jornada de trabalho com defesa de jornada máxima de 30 horas semanais, solicitando ao poder Executivo e ao Legislativo de diversos municípios que proponham e aprovem leis nesse sentido, baseando sua argumentação em estudos da OMS (Organização Mundial da Saúde) e em diversas outras fontes que afirmam que a jornada superior a 30 horas é prejudicial ao desempenho e à qualidade dos atendimentos efetuados. Para maior clareza, seguem argumentos:

I - Argumento Técnico

A Lei Federal nº 4.119, de 27/08/1962, regulamenta a profissão de Psicólogo e estabelece condições mínimas necessárias para a viabilidade do exercício profissional que responda, em eficiência e eficácia, às reais necessidades de atendimento às demandas das diversas populações e instâncias usuárias dos serviços de Psicologia.

Nas resoluções do IV Congresso Nacional dos Psicólogos e no II Congresso Nacional da Psicologia, o profissional psicólogo é definido como “PROFISSIONAL DA SAÚDE”, tendo como objetivo a intervenção profissional sobre as



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

WS

Indicação nº 1068/2017 - Ver. Dra. Márcia Santos - fls. 2/4

“relações de saúde / doença mental” que se manifestam nas relações inter-humanas de qualquer área ou setor de sua inserção profissional: na área da Educação, no setor Jurídico, Penitenciário, nos setores de Recursos Humanos das Organizações Empresariais, nas áreas de Esporte, da Cultura, na Saúde Pública ou Privada, etc.

É voz corrente que o exercício adequado da profissão pressupõe que o psicólogo esteja em contínua atualização técnica (cursos, especializações, supervisão técnica, psicoterapia). Para tal, é prática corriqueira os psicólogos dedicarem parcela de seu tempo para além da jornada de trabalho, bem como dispor de recursos financeiros próprios para o desenvolvimento de estudo de caso, supervisão, leituras, etc. Assim, é possível se dizer que sua jornada de trabalho se estende para além da contratada formalmente.

Todos os profissionais de saúde se expõem em maior ou menor grau e conforme o equipamento ou instituição em que trabalhem, à potenciais condições de insalubridade, periculosidade e doenças ocupacionais. Ao intervir sobre o binômio saúde/doença e suas projeções resultantes de “vida/morte”, os psicólogos se tornam ainda mais vulneráveis ao desgaste e à tensão emocional desencadeadores do estresse físico e mental.

Mais ainda, a especificidade do objetivo e do campo de trabalho do psicólogo, a saber: as relações de saúde / sofrimento mental e suas ocorrências críticas (fases de desenvolvimento humano como primeira infância, adolescência, gravidez / maternidade, envelhecimento, etc.); estados crônicos (transtornos psicopatológicos, doenças mentais congênitas); eventos agudos (desorganizações traumáticas, vivências extremas, suicídio) e sociopatias (drogadição, violência, criminalidade) expõem o psicólogo a situações de intensa pressão cotidiana.

A necessária “vinculação técnica” do psicólogo à sua clientela (indivíduo, grupo, comunidade) para a progressão do atendimento psicológico, torna impossível ao psicólogo esconder-se do trabalho, ou, no linguajar popular, “matar o tempo”.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

WS

Indicação nº 1068/2017 - Ver. Dra. Márcia Santos - fls. 3/4

II - Disposições Legais

Seguem informações sobre tramitação de projetos de lei para redução de jornada sem redução salarial e de leis aprovadas pela negociação com o SinPsi, vigorando em Municípios do Estado de São Paulo:

- **Lei Estadual nº 840 de 19/11/1997:** Jornada de 30 horas sem redução salarial para todos os servidores estaduais da Secretaria do Estado de Saúde de São Paulo (já estendida aos servidores do Sistema Penitenciário e Ação Social);
- **Município de Osasco - Lei Complementar nº 130/05:** fixa a jornada de 30 horas para os psicólogos municipais, com incorporação das gratificações aos salários/vencimentos;
- **Município de Guarulhos - Decreto do Poder Executivo, nº 77 de março de 1996:** determina jornada de 30 horas para os psicólogos, sem redução de salário;
- **Município de Assis - Lei nº 3.497 de 24/06/1999, do Poder Executivo:** fixa jornada de 30 horas para todos os servidores de nível universitário, sem redução de salário.

Mesmo na ausência de Lei Municipal que discipline a matéria, muitos municípios têm adotado a redução de jornada dos psicólogos por simples ato administrativo da secretaria envolvida ou por Decreto do Executivo. Em outros casos, os próprios concursos públicos já são iniciados com atribuição de 30 horas como jornada de trabalho.

III - Consenso na Sociedade

Há grande consenso na sociedade civil sobre a importância do trabalho do psicólogo e da relação da jornada com a preservação da qualidade do trabalho, como fica demonstrado nas decisões das Conferências de Saúde, de Saúde Mental e Saúde do Trabalhador.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

Indicação nº 1068/2017 - Ver. Dra. Márcia Santos - fls. 4/4

Essas Conferências têm decidido favoravelmente pela redução da jornada para 30 horas semanais, como pode ser consultado nos relatórios finais disponíveis no site do Ministério da Saúde. É oportuno ressaltar que para se chegar a uma decisão em Conferência Nacional de Saúde, uma tese como a da jornada teve que ser aprovada nas etapas municipais e estaduais, portanto, com ampla discussão. Também, pelo modelo de participação no controle social, as delegações são formadas por usuários (50%), trabalhadores (25%) e gestores (25%), não sendo decisões de corte corporativo. O mesmo se aplica às demais conferências citadas.

IV – Conclusão

Por todo o exposto, é com plena confiança que esperamos do Sr. Prefeito Municipal que, de seu alto discernimento social, político e jurídico, possa atender a esta justa reivindicação.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2017.

DRA. MÁRCIA SANTOS
Vereadora - PV
2ª Secretária